

Rivania Selma de Campos Ferreira

De: Marcelo de Almeida Frota
Enviado em: quinta-feira, 4 de novembro de 2021 13:13
Para: Rivania Selma de Campos Ferreira
Assunto: ENC: [Possível SPAM - Prodasen - NÃO CLIQUE nos links] A Reforma Tributária e o Ato Cooperativo
Anexos: Senador Rodrigo Pacheco.pdf

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: quarta-feira, 27 de outubro de 2021 16:56
Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>
Assunto: ENC: [Possível SPAM - Prodasen - NÃO CLIQUE nos links] A Reforma Tributária e o Ato Cooperativo

De: Marcio Port [mailto:marcio_port@sicredi.com.br]
Enviada em: quarta-feira, 27 de outubro de 2021 09:33
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Assunto: [Possível SPAM - Prodasen - NÃO CLIQUE nos links] A Reforma Tributária e o Ato Cooperativo

Bom dia Excelentíssimo Senhor Senador Rodrigo Pacheco

Remetemos em anexo correspondência registrando nosso apoio à Emenda 008 CCJ relacionada à Reforma Tributária. Atualmente existem mais de 500 municípios brasileiros que contam com o atendimento apenas de instituições financeiras constituídas em forma de cooperativa e a eventual tributação do chamado “ato cooperativo” pode ameaçar a presença das cooperativas em pequenos municípios do nosso país, inclusive em Minas Gerais.

Nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Márcio Port

Vice-Presidente
Central Sicredi Sul/Sudeste – Porto Alegre
(51) 3358 5400 – (54) 99983-6315
sicredi.com.br



Classificação da informação: Uso Interno

Esta mensagem é somente para uso do destinatário informado e pode conter informações privilegiadas, proprietárias ou privadas. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, notifique o remetente imediatamente e apague a original. Qualquer outro uso deste e-mail é proibido.

This message is for the designated recipient only and may contain privileged, proprietary, or otherwise private information. If you have received it in error, please notify the sender immediately and delete the original. Any other use of the email by you is prohibited.



Ofício 009/2021

Porto Alegre, 26 de outubro de 2021.

Ao (À) Excelentíssimo(a) Senhor(a)

RODRIGO PACHECO

Senador(a) da República

Brasília – DF

Assunto: Solicitação de apoio pela definição do ato cooperativo na PEC 110/19.

Excelentíssimo (a) Senador(a),

Acreditamos na importância de uma Reforma Tributária justa para o Brasil e acompanhamos de perto as discussões sobre a PEC 110/2019 no Senado Federal. É imprescindível que o Senado Federal observe, no âmbito dessa proposta, a correta tributação das sociedades cooperativas, por meio do ato cooperativo, o qual nos foi garantido pelo constituinte e cuja abrangência precisa ser definida, para garantir a competitividade e segurança jurídica para que as cooperativas possam continuar contribuindo com a democratização da renda e desenvolvimento do país.

Uma Reforma Tributária com justiça social deve englobar as cooperativas. Após 33 anos da promulgação da nossa Constituição, os Senadores da República têm a oportunidade histórica de definir o que é o ato cooperativo, previsto pelo artigo 146 da Constituição Federal, solucionando o maior problema das sociedades cooperativas, que durante todos esses anos enfrentaram batalhas judiciais para que suas características, de sociedades de pessoas, sem fins lucrativos, fossem respeitadas. Não é privilégio, não é benefício, é apenas a observação correta das características das cooperativas.

Hoje somos 17,2 milhões de cooperados, reunidos em 4,8 mil cooperativas, que vêm, por meio deste ofício, solicitar seu apoio pela **aprovação da emenda nº 8 CCJ, que define de uma vez por todas o que é o ato cooperativo, que nada mais é do que a justa determinação da incidência tributária onde, de fato, se tem o acréscimo patrimonial, o resultado tributável. No caso da cooperativa, é no cooperado já que as sobras retornam aos associados.**

Para que o nosso modelo de negócios possa continuar produzindo e auxiliando na retomada do desenvolvimento do país, em especial nesse período pós-pandemia, é essencial que a emenda nº 8 CCJ, apresentada à PEC 110/19, seja aprovada, a fim de evitar que as cooperativas tenham uma tributação mais gravosa que as demais sociedades. Mais materiais sobre o tema também podem ser encontrados em: www.reformatributaria.coop.br

Renovamos nossos votos de consideração e apreço e contamos com o apoio do estimado(a) senador(a) pela aprovação da emenda nº 8 CCJ, para que as cooperativas possam continuar colaborando na construção de uma sociedade mais justa.

Cordialmente,

Fernando Dall' Agnese
Presidente

Márcio Port
Vice-presidente

Central Sicredi Sul/Sudeste
Rua Manoelito de Ornellas nº 55 / 19º andar – Praia de Belas
CEP 90.110-230 – Porto Alegre/RS

sicredi.com.br



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO Nº 10/2022 – ATRSGM/SGM

Juntem-se à página oficial de tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas das manifestações externas contidas nos documentos abaixo listados:

1. PL 2634/2021 (CDH) - Documentos SIGAD nºs 00100.114818/2021-13, 00100.115126/2021-92, 00100.111807/2021-81 e 00100.114083/2021-28;
2. PLP 73/2021 - Documento SIGAD nº 00100.115686/2021-47;
3. PEC 17/2019 (fase 2) - Documento SIGAD nº 00100.114086/2021-61;
4. MPV 1065/2021 - Documento SIGAD nº 00100.115721/2021-28;
5. PEC 110/2019 (CCJ) - Documentos SIGAD nºs 00100.115714/2021-26, 00100.111753/2021-54, 00100.115437/2021-51 e 00100.124531/2021-00;
6. PEC 23/2021 - Documentos SIGAD nºs 00100.115636/2021-60, 00100.122262/2021-39, 00100.124520/2021-11 e 00100.122370/2021-10;
7. PL 2541/2021 - Documento SIGAD nº 00100.122430/2021-96;
8. PL 1853/2019 - Documento SIGAD nº 00100.123367/2021-13;
9. MPV 1061/2021 - Documentos SIGAD nºs 00100.124257/2021-61 e 00100.124206/2021-39;
10. PL 3517/2019 - Documento SIGAD nº 00100.124276/2021-97;
11. PL 3740/2019 (CAE) - Documento SIGAD nº 00100.124521/2021-66;
12. PL 2564/2020 - Documento SIGAD nº 00100.124527/2021-33;
13. PLC 151/2015 - Documentos SIGAD nºs 00100.122416/2021-92 e 00100.131637/2021-51;
14. PL 4135/2019 (CDR) - Documento SIGAD nº 00100.122341/2021-40;
15. PL 1417/2021 - Documento SIGAD nº 00100.121362/2021-48;
16. PL 2564/2020 - Documentos SIGAD nºs 00100.133500/2021-31 (páginas 1, 4 e 5), 00100.131591/2021-71, 00100.019173/2022-97, 00100.018744/2022-76, 00100.018747/2022-18, 00100.018084/2022-23, 00100.018542/2022-24 e 00100.019831/2022-41;
17. PEC 51/2015 - Documento SIGAD nº 00100.131550/2021-84;
18. PL 2058/2021 - Documento SIGAD nº 00100.132155/2021-19;
19. PLS 486/2017 - Documento SIGAD nº 00100.132811/2021-83;
20. PL 1731/2021 (CAS) - Documento SIGAD nº 00100.133039/2021-17;
21. PLP 32/2021 - Substitutivo CD – Documento SIGAD nº 00100.133383/2021-14;
22. PL 712/2019 - Substitutivo CD – Documento SIGAD nº 00100.132162/2021-11;
23. PL 3660/2021 - Documentos SIGAD nºs 00100.131501/2021-41, 00100.018074/2022-98;



24. PL 5149/2020 - Substitutivo CD – Documento SIGAD nº 00100.131509/2021-16;
25. PLP 11/2020 - Documento SIGAD nº 00100.131522/2021-67;
26. PL 2918/2021 - Documento SIGAD nº 00100.019500/2022-19;
27. PL 5/2022 - Documento SIGAD nº 00100.018986/2022-60;
28. PLP 46/2021 - Documento SIGAD nº 00100.019236/2022-13;
29. PL 3018/2021 - Documento SIGAD nº 00100.018571/2022-96; e
30. PL 1472/2021 - Documento SIGAD nº 00100.018545/2022-68;

Encaminhem-se às comissões cópias de documentos externos, conforme listagem a seguir exposta:

1. CDH – Documento SIGAD nº 00100.111996/2021-92;
2. CAE - Documento SIGAD nº 00100.123344/2021-09;
3. CAS – Documento SIGAD nº 00100.123653/2021-71;
4. CCT – Documento SIGAD nº 00100.122818/2021-97;
5. CMA – Documento SIGAD nº 00100.124323/2021-01;
6. CE – Documento SIGAD nº 00100.124309/2021-07;
7. CDR – Documento SIGAD nº 00100.133500/2021-31 (páginas 1, 2 e 3);
8. CI – Documento SIGAD nº 00100.133456/2021-60;
9. CI – Documento SIGAD nº 00100.133047/2021-63;
10. CMO – Documento SIGAD nº 00100.132165/2021-54;
11. CAS – Documento SIGAD nº 00100.131605/2021-56;
12. CSP – Documento SIGAD nº 00100.131569/2021-21;
13. CMO – Documento SIGAD nº 00100.131539/2021-14;
14. CMA – Documento SIGAD nº 00100.131530/2021-11;
15. CTFC – Documento SIGAD nº 00100.133148/2021-34;
16. CDH – Documento SIGAD nº 00100.018559/2022-81;
17. CAS – Documento SIGAD nº 00100.018080/2022-45;
18. CAS – Documento SIGAD nº 00100.018068/2022-31;
19. CCJ – Documento SIGAD nº 00100.016991/2022-38; e
20. CAS – Documento SIGAD nº 00100.018551/2022-15.

Secretaria-Geral da Mesa, 24 de fevereiro de 2022.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

